

**União
Africana**



DOCUMENTO RESULTANTE

DO

WORKSHOP REGIONAL SOBRE A “PARTICIPAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E PROTECÇÃO DAS MULHERES NOS PROCESSOS ELEITORAIS NA REGIÃO DOS GRANDES LAGOS”

Addis-Abeba, 12-13 de Novembro de 2019

-
1. O Escritório do Enviado Especial da ONU para a Região dos Grandes Lagos e o Departamento dos Assuntos Políticos da União Africana (DPA), em parceria com a Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL) e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), organizaram um workshop regional sobre "Participação, Representação e Protecção das Mulheres nos Processos Eleitorais na Região dos Grandes Lagos, na sede da UA em Addis Abeba, Etiópia, de 12 à 13 de Novembro de 2019.
 2. A reunião contou com a presença de altos funcionários dos Órgãos de Gestão Eleitoral (OGE), Executivos, Legislativos e Judiciários dos Estados-Membros da CIRGL, signatários do Acordo-Quadro de Paz, Segurança e Cooperação para a República Democrática do Congo e a Região, a saber: a República de Angola, a República do Burundi, a República Centro-Africana, a República do Congo, a República Democrática do Congo, a República do Quênia, a República do Ruanda, a República do Sudão, a República do Sudão do Sul, a República Unida da Tanzânia, a República do Uganda, a República da Zâmbia e a República da África do Sul.
 3. Para além dos Estados-Membros da CIRGL, participaram igualmente a ONU, a AU, a CIRGL e a SADC. Estiveram de igual modo presentes: a Organização Internacional da Francofonia (OIF) da Comunidade Económica para os Estados da África Ocidental (CEDEAO), o Instituto Eleitoral para o desenvolvimento sustentável na África (EISA), o Centro Europeu de Apoio Eleitoral (ECES), a Fundação Internacional para Sistemas Eleitorais (IFES), Instituto Internacional para Democracia e Sistema Eleitoral (IDES), representante das Organizações da Sociedade Civil das mulheres e líderes religiosos.

4. O Workshop tem como objetivos de providenciar uma plataforma de discussão sobre a fraca participação das mulheres nos processos eleitorais e a suas causas profundas; a protecção dos Direitos das Mulheres durante o ciclo eleitoral; medidas de prevenção e forças das capacidades para alcançar a plena participação igual e significativa das mulheres nos processos eleitorais.

Sessão de Abertura

5. O workshop foi aberto por Sua Excelência Minata Cessouma Samate, Comissária da UA para os Assuntos Políticos, Huang Xia, Enviado Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Região dos Grandes Lagos; Zachary Muburi-Muita, Secretário Executivo da CIRGL; o Embaixador Boubacar Issa Abdourhar, em representação do Secretário-Geral da Organização Internacional da Francofonia (OIF), Sua Excelência Samba Panza, Co-Presidente da Femwise Africa e a Senhora Hannah Tetteh, Representante Especial da ONU junto da União Africana.
6. O Workshop abordou as seguintes áreas temáticas: **(i)** Quadros Globais e barreiras sobre a Representação e Participação das mulheres; **(ii)** Observação de eleições na Região dos Grandes Lagos; **(iii)** Garante dos processos eleitorais; **(iv)** Eleições Sensíveis ao Género; **(v)** as Mulheres nos Órgãos de Gestão Eleitoral; **(vi)** o Papel das Mulheres na Resolução de Disputas Eleitorais.
7. As várias declarações destacaram a importância do workshop à luz das próximas eleições na Região dos Grandes Lagos e enfatizaram a necessidade de garantir a participação plena, igual e significativa das mulheres.
8. Os participantes notaram que haja eleições em três Estados-Membros da CIRGL em 2020 (Burundi, RCA e a Tanzânia). Os participantes lembraram os Estados-Membros à garantirem a protecção e participação das mulheres nas próximas eleições. Os participantes lembraram de igual modo, a UA, as Nações Unidas, a CIRGL e a SADC, a juntarem os esforços para as boas iniciativas de promover um processo eleitoral inclusive que garanta os direitos das mulheres nesses países.

Quadro Global

9. Após revisão das estruturas globais, os quadros continentais e regionais, os participantes observaram que o progresso sobre a representação das mulheres nos cargos eletivos e de nomeação tem sido lento, com a sua participação nas câmaras parlamentares baixas é de 24,3% em média. Essa situação está aquém dos requisitos da igualdade do género destacados na Declaração e Plataforma de Acção de Pequim. No dia 01 de Janeiro de 2019, apenas 6,6% dos Chefes de Estado e 5,2% dos Chefes de Governo eram mulheres. Em comparação com os números globais, na região dos Grandes Lagos, a situação da representação das mulheres nos parlamentos é animadora, com uma média de 27%.
10. Enquanto alguns Estados adoptaram uma acção afirmativa, outros ainda têm menos de 15% de representação de mulheres nas câmaras baixas. Enquanto enaltecemos a necessidade de conjugação de esforços para abordar as barreiras que impedem a representação e a participação das mulheres, impedindo-as de ter acesso

a oportunidades e participação iguais nos processos eleitorais e outros processos políticos; os participantes notaram tendências positivas no Burundi, no Ruanda e no Uganda.

Recomendações:

- Encorajaram os Estados-Membros a realizarem uma auditoria receptível ao Género sobre as leis eleitorais, para informar as reformas legais para mais quadros legais sensíveis ao Género;
- Realizar advocacia através dos diferentes Foras da CIRGL, para que todos os Estados-Membros retifiquem sem reservas e agilizem a implementação do Protocolo de Maputo.

Participação e Representação das Mulheres

11. Os participantes notaram que as mulheres eram sub-representadas em todos os níveis dos processos eleitorais, como resultado da capacidade técnica e financeira limitada e os desafios ligados a segurança e contextos eleitorais frágeis.

Recomendações:

- Encorajar os Estados-Membros a realizarem intervenções multissectoriais para melhorar a segurança eleitoral, através dos processos eleitorais;
- Encorajar os Estados-Membros a estarem mais focados na qualidade e não apenas na quantidade da participação das mulheres e da juventude em todos os aspectos das eleições, incluindo o direito de defender as eleições;
- Os Partidos Políticos devem ser apoiados no sentido de desenvolver e implementarem políticas sobre o Género, para lutar contra o patriarcado, os desafios socio-económicos, a violência contra as mulheres e outros obstáculos para a realização de eleições livres e justas;
- Encorajar os Estados-Membros a desenvolverem programas de formação para as agências de segurança sobre a segurança eleitoral sensível ao Género, com o apoio do Escritório da ONU-Mulher e outros parceiros.

Eleições

12. Os participantes notaram a fraca participação de eleitores devido a falta de confiança nos processos eleitorais. Notaram de igual modo, que as eleições não são garantias da existência de uma Democracia. A falta de diálogo político, a procura de objectivos comuns, a reciprocidade e o concomitante julgamento são também desafios de eleições credíveis.

Recomendações;

- Os Estados-Membros e os Parceiros de Desenvolvimento, devem investir mais no reforço da capacidade dos grupos de observadores locais a desempenharem um

papel de acompanhamento sobre temáticas-chaves incluindo a participação das mulheres e dos jovens;

- Os Grupos de Observação Internacional devem rever os manuais existentes de observação de eleições e outras ferramentas para aprimorar o foco sobre a avaliação de grupos marginalizados (mulheres, jovens, pessoas portadoras de deficiências etc.);
- A CIRGL deve trabalhar com a ONU-Mulher e outros Órgãos Regionais, a adotarem os manuais de observação eleitoral sensível ao Género;
- A União Africana e a CIRGL devem desenvolver uma metodologia de acompanhamento pós-eleitoral para garantir que os Observadores Eleitorais sejam apoiados, através de reformas concretas, com objectivo de garantir de uma representação e participação significativa das mulheres nas estruturas de tomada de decisão em África (quantidade e qualidade equilibrada);
- Os Partidos Políticos têm que institucionalizar a democracia intra-partidária, incluindo a igualdade do Género em termos de seleção de liderança e nomeação de candidatos;
- Os Grupos de Observadores Internacionais devem defender os órgãos de gestão eleitoral, para a recolha e publicação de dados desagregados ao Género, para uma planificação melhorada de eleições.

Eleições Sensíveis ao Género

13. Os participantes notaram que existe uma redução de financiamento para o apoio eleitoral. Isto torna o processo particularmente difícil para os Estados disporem de fundos para candidatas (mulheres);

14. A Violência contra as mulheres na política, continua a ser um desafio para a participação das mulheres;

15. Os participantes notaram o impacto negativo da cobertura da mídia em relação às mulheres candidatas e gestoras de eleição nas suas participações.

Recomendações

- Os Estados-Membros devem trabalhar na criação de um fundo especial de apoio às mulheres candidatas na Região;
- A ONU, a UA e outros intervenientes devem formular em conjunto, programas de apoio aos Estados-Membros, para a promoção de um ambiente conducente a participação das mulheres nas eleições;
- Os Estados-Membros devem analisar os Quadros legais para as eleições para abordarem a violência contra as mulheres na política de forma efectiva;
- A União Africana, a CIRGL e os parceiros Internacionais devem trabalhar com as OSC para reforçar a suas capacidades de defenderem eleições não violentas;
- Os Estados-Membros devem trabalhar com as agências de regulação da mídia e as OSC, no sentido de sensibilizar a mídia sobre a comunicação de eleições sensíveis ao género e o acompanhamento da mídia.

As Mulheres nos Órgão de Gestão Eleitoral (OGEs)

16. Os participantes notaram que a participação das mulheres nas eleições, especialmente dentro das OGEs, é impedida por factores culturais e persistência de estereótipos sobre as mulheres na liderança e nos órgãos de tomada de decisões.

17. Os participantes acordaram sobre a importância de uma auditoria do género nos órgãos de gestão de eleições, para reforçar a advocacia da representação melhorada das mulheres nas OGEs, na Política e a nível técnico.

Recomendações

- A União Africana deve trabalhar com as Redes dos Órgão de Gestão sde Eleições (OGEs), no sentido de aprovar um mecanismo conjunto de revisão dos OGEs;
- A União Africana, a CIRGL, a ONU e outros parceiros Internacionais, devem encorajar os a adoptarem as políticas sobre o género e realizarem reformas legais para garantir uma representação mínima de 30% nos OGEs;
- Os Estados-Membros devem realizar auditoria independente sobre o género dos OGEs que foram criados através de decretos parlamentares e com obrigações legais;
- A União Africana deve trabalhar com a Associação das Autoridades de Eleições Africanas (AAEA) e as Redes Regionais dos OGEs, no sentido de promover a Rede para as Mulheres nos OGEs, através da criação de Uma Rede de Mulheres Administradoras de Eleições.

As mulheres na Resolução de Disputas Eleitorais

18. A Falta de um sistema adequado de resolução de disputas eleitorais.

Recomendações

- Reformular os sistemas de resolução de disputa eleitoral por forma a proporcionar uma solução adequada das mesmas baseadas num diálogo de boa fé, objectivos comuns e reciprocidade;
- Proteger as eleições e o poder judiciário de qualquer influência política.

MOÇÃO DE AGRADECIMENTO

No final do Workshop, o Presidente da sessão e os participantes expressaram a sua gratidão ao Governo Etíope e a União Africana por terem acolhido este evento, e aos Garantes da Estrutura do Conselho de Paz e Segurança (CPS), por terem facilitado este importante Workshop.

Feito em Addis Abeba

Aos 13 de Novembro de 2019.